PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

DECLARAÇÃO CONFIDENCIAL DE INFORMAÇÕES (DCI)
RECIBO DE ENTREGA

Nome completo	Servidor do quadro permanente da Administração Pública? ☐ SIM ☐ NÃO
E-mail pessoal (a ser utilizado para receber notificações da Comissão)	Telefone
Endereço residencial (com CEP)	CPF
Nome do cargo para o qual foi nomeado	Órgão ou Entidade
(Para uso da Comissão de Ética Pública)	
Recebida por: _____ Nome: Matrícula:	Data de recebimento

DECLARAÇÃO CONFIDENCIAL DE INFORMAÇÕES – DCI
Orientações para preenchimento

Por que devo entregar DCI?	Para prevenir ou evitar situações de conflitos, reais ou aparentes, entre interesses públicos e privados, que possam comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública. As informações fornecidas serão utilizadas apenas para os fins de prevenção de conflitos de interesses e não serão divulgadas, a não ser nas hipóteses legalmente previstas. Por favor, certifique-se de que as informações prestadas estão completas e corretas.
Quando devo entregar a DCI?	A DCI, no caso de autoridades recém-nomeadas, deve ser entregue em até 10 (dez) dias corridos após a data da posse.
Qual o período abrangido pela DCI?	As informações referem-se aos 12 (doze) meses anteriores ao preenchimento da DCI.
O que fazer em caso de dúvida no preenchimento?	Em caso de dúvida, entre em contato com a Comissão de Ética Pública: (61) 3411-2924 ou etica.dci@presidencia.gov.br

DECLARAÇÃO CONFIDENCIAL DE INFORMAÇÕES (DCI)

1. TERMO DE COMPROMISSO

Comprometo-me com a veracidade dos fatos a seguir relatados e responsabilizo-me por possíveis omissões que possam resultar na transgressão de normas que regem a conduta do cargo que ocupo.

Assumo, também, o compromisso de comunicar por escrito à Comissão de Ética Pública o exercício de atividade privada ou o recebimento de propostas de trabalho que pretendo aceitar, contrato ou negócio no setor privado, ainda que não vedadas pelas normas vigentes, inclusive durante a quarentena (art. 9º, II, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013).

_____, _____ de _____ de 20 _____

_____

Assinatura

2. IDENTIFICAÇÃO

O declarante deverá informar seus dados pessoais e funcionais. É importante que seja informado o *e-mail* pessoal, pois a Comissão de Ética pode necessitar entrar em contato com o declarante após sua saída do cargo público.

Dados pessoais e funcionais

<table>
<tr><td colspan="2">Nome completo</td><td>Servidor do quadro permanente da Administração Pública?
☐ SIM ☐ NÃO</td></tr>
<tr><td colspan="2">E-mail pessoal (a ser utilizado para receber notificações da Comissão)</td><td>Telefone</td></tr>
<tr><td colspan="2">Endereço residencial (com CEP)</td><td>CPF</td></tr>
<tr><td>Nome do cargo para o qual foi nomeado</td><td>Data da Nomeação</td><td>Órgão ou Entidade</td></tr>
</table>

Tipo de cargo
(__) Ministro de Estado
(__) Cargo de Natureza Especial (Secretário-Executivo, Subchefe da Presidência, Comandante das Forças Armadas e outros)
(__) DAS - nível 6 ou equivalente
(__) DAS - nível 5 ou equivalente
(__) Presidente, vice-presidente ou diretor, ou equivalente, de Autarquia
(__) Presidente, vice-presidente ou diretor, ou equivalente, de Fundação
(__) Presidente, vice-presidente ou diretor, ou equivalente, de Empresa Pública
(__) Presidente, vice-presidente ou diretor, ou equivalente, de Sociedade de Economia Mista
(__) outro_____

3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

O declarante deverá indicar sua situação patrimonial e a de cônjuge ou companheiro, filhos e outras pessoas que vivam sob sua dependência (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, art. 13, § 1°, Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, art. 9º, I, e Código de Conduta da Alta Administração Federal, art. 4º), descrevendo:

a) BENS - imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, aplicações financeiras, *trust* do qual são beneficiários e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no País ou no exterior, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico;

b) DÍVIDAS E OBRIGAÇÕES - dívidas, débitos, empréstimos e outras obrigações; e

c) PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS – participações societárias de qualquer espécie.

Em relação ao presente tópico, o declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, art. 13, § 1°).

Em qualquer caso, o declarante deverá indicar as situações de sua gestão patrimonial que entenda gerarem potencial conflito de interesses com o cargo que ocupa e as providências que objetivem prevenir ou impedir tal conflito.

Pode ser considerado conflito de interesses o fato de o declarante participar ou ter participado de pessoa jurídica que, mesmo sem fins lucrativos:

a) desenvolva atividade em área ou matéria afins à competência do cargo que ocupa ou ser fornecedor de bens e serviços à Administração Pública federal;

b) atue em setor controlado, fiscalizado ou regulado pelo ente ao qual o declarante está vinculado; e

c) possua bens cujo valor ou cotação possa ser afetado por decisão ou política governamental a respeito da qual a autoridade pública tenha informações privilegiadas em função do cargo.

3.1 Opção (escolha apenas uma delas, anexando a cópia da declaração, caso opte pela primeira)

(__)	Cópia da declaração anual de bens apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil
(__)	Descrição do patrimônio, das dívidas e das participações societárias nesta declaração (preencher o quadro 3.2)

Qualquer que seja a opção neste item, indicar no item 3.3 as situações que podem ensejar potencial conflito de interesses.

3.2. Descrição dos bens, dívidas e participações societárias

Bens, dívidas e participações societárias	Valor

3.3 Situações de potencial conflito de interesses e providências para sua prevenção

(__)	Não vislumbro situações de potencial conflito de interesses que envolvam meu patrimônio e minhas participações societárias e nem os de meu cônjuge, companheiro, filhos ou outras pessoas que vivam sob minha dependência.
(__)	Vislumbro situações de potencial conflito de interesses que envolvem meu patrimônio e minhas participações societárias, ou os de meu cônjuge, companheiro, filhos ou outras pessoas que vivam sob minha dependência, e adotarei as providências abaixo descritas para preveni-las ou evitá-las

Situação de potencial conflito	Providências para prevenir ou impedir o conflito

4. ATIVIDADES ECONÔMICAS OU PROFISSIONAIS

O declarante deverá informar se (Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, art. 9º, I, e Código de Conduta da Alta Administração Federal, art. 7º):

4.1. exerceu atividades econômicas ou profissionais, públicas ou privadas, nos 12 (doze) meses anteriores à ocupação do cargo, em área ou matéria afins às atribuições públicas, que possam gerar conflito de interesses:

☐ SIM ☐ NÃO

4.2. nos 12 (doze) meses anteriores à posse no cargo, recebeu suporte financeiro de entidades privadas que desenvolvem atividade em área ou matéria afins às atribuições públicas, ou firmou acordos ou contratos com estas para recebimentos futuros, que possam gerar conflito de interesses:

☐ SIM ☐ NÃO

4.3. nos 12 (doze) meses anteriores à posse no cargo, teve despesas com viagens, cursos ou outros eventos custeadas por entidades privadas que desenvolvem atividade em área ou matéria afins às atribuições do cargo ou que mantenham contrato com o órgão ou entidade onde exerce seu cargo:

☐ SIM ☐ NÃO

4.4 exercerá, concomitantemente ao cargo público, atividade ensejadora de potencial conflito de interesses:

☐ SIM ☐ NÃO

Caso tenha respondido SIM a alguma das perguntas desse tópico, o declarante deverá preencher o quadro 4.5, identificando a pessoa, natural ou jurídica, a quem prestou ou prestará serviços ou de quem recebeu ou receberá valores e indicando as providências que objetivem prevenir ou impedir a ocorrência de conflito de interesses, tanto com relação às atividades exercidas como em relação àquelas que continuará exercendo paralelamente ao cargo público.

4.5 Situações de conflito envolvendo atividades econômicas ou profissionais e providências para sua prevenção

Atividade econômica ou profissional	Pessoa física ou jurídica a quem foi ou será prestada a atividade	Período de exercício	Providências para prevenir ou impedir o conflito
		(__) 12 meses anteriores à posse no cargo	

		(__) concomitante ao cargo	
		(__) 12 meses anteriores à posse no cargo (__) concomitante ao cargo	
		(__) 12 meses anteriores à posse no cargo (__) concomitante ao cargo	
		(__) 12 meses anteriores à posse no cargo (__) concomitante ao cargo	

5. RELAÇÕES DE PARENTESCO

Nesse tópico o declarante deverá indicar relações de parentesco que podem ensejar conflito de interesses, tendo em vista que não poderá praticar atos que beneficiem seus parentes (Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, art. 5º, V, Súmula Vinculante nº 13, do STF, e Código de Conduta da Alta Administração Federal, art.10). Os parentes referidos são aqueles até o terceiro grau, o que inclui pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios e sobrinhos, tanto do declarante como de seu cônjuge ou companheiro.

O declarante possui cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, que:

5.1. atua em área ou matéria afins à competência profissional do cargo que exerce:

☐ SIM ☐ NÃO

5.2. é sócio ou empregado de pessoa jurídica que atua em área ou matéria afins às atribuições do cargo que ocupa:

☐ SIM ☐ NÃO

5.3. ocupa cargo em comissão ou função comissionada na Administração Pública federal:

☐ SIM ☐ NÃO

5.4. trabalha em órgão ou entidade da Administração Pública federal, com o qual, por razão de ofício, tem que manter relacionamento institucional:

☐ SIM ☐ NÃO

Caso tenha respondido SIM a alguma das perguntas desse tópico, o declarante deverá preencher o quadro 5.5, identificando os parentes e a situação potencial geradora de conflito de interesses e indicando as providências que objetivem prevenir ou impedir a ocorrência de conflito de interesses.

5.5 Situações de conflito envolvendo relações de parentesco e providências para sua prevenção

Nome do parente	Instituição pública ou privada onde trabalha ou da qual é sócio	Situação geradora de potencial conflito	Providências para prevenir ou impedir o conflito

6. OUTRAS SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSES

6.1. Existem outras situações ou interesses privados que podem suscitar conflito com o exercício do cargo:

☐ SIM ☐ NÃO

6.2. Em caso afirmativo, indicar as situações e as medidas adotadas para preveni-los

Situação de potencial conflito	Providências para prevenir ou impedir o conflito

7. OUTRAS OBSERVAÇÕES

7.1. Outras observações a juízo do declarante